ATA DA DUCENTÉSIMA SEXAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DO CES-MT

Aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e onze, às quatorze horas e quarenta minutos, no Hotel Fazenda Mato Grosso, em Cuiabá/MT deu início à **centésima nonagésima quarta reunião ordinária** do Conselho Estadual de Saúde de Mato Grosso. Devido à ausência do **Presidente do Conselho, o Sr. Pedro Henry Neto, o Vice Presidente do CES, o Sr. Carlos Alberto Eilert deu início a reunião,** fez os devidos cumprimentos e após a conferência de quorum, com dezenove conselheiros presentes deu início a reunião. **O Presidente registrou** a presença da Sra. Terezinha da CIST, do Sr. Nivaldo do SINTEP, do Sr. Noel, da Força Sindical, Adão, Presidente do Sintecomp, Geraldo - do Sindicato dos técnicos em segurança do Trabalho, Siriana – CIB, Áurea Lambert da COAPRE e Maria Milhomem da COAPRE. Na seqüência colocou em apreciação e aprovação a Ata da reunião ordinária do mês de setembro de 2011, e com 17 votos a favor e duas abstenções foi aprovada a referida ATA. Em **seguida a Conselheira Zuleide propôs** ao Pleno a inversão de pauta, disse que o ponto de pauta 3.11 fosse o primeiro pois o Relatório de Gestão de 2010 do Plano Operativo Estadual de Saúde do Sistema Penitenciário teria que ser homologado com urgência e não poderia ficar como ultimo ponto de pauta. **O Presidente propôs** também que fosse realizada uma reunião extraordinária do Conselho para o dia 17/11/11 para discutir a homologação da justificativa da resolução Ad Referendum 01/2011 e a apresentação do relatório de Gestão do 2º e 3º trimestre de 2011. **O Presidente colocou** em aprovação ao Pleno as propostas e todos concordaram com a inversão e a realização da reunião extraordinária para o dia 17/11. Em **seguida o Presidente** deu início a **Pauta 3.11** Apresentação, discussão e homologação do Relatório de Gestão de 2010 do Plano Operativo Estadual de Saúde do Sistema Penitenciário e passou a fala a Sra. Dorvina fazer a apresentação. A Sra. Dorvina destacou: Gestão compartilhada do POE – SISPEN/MT, Diretrizes do PNSS – POE-SISPEN –MT, População Penitenciária e Número de Estabelecimentos Prisionais do Estado de MATO GROSSO – 2010, Objetivos e metas planejados para o exercício sobre a cobertura de implantação das equipes de saúde no sistema penitenciário, Objetivos e metas executadas para o exercício sobre a cobertura de implantação das equipes de saúde no sistema penitenciário, Plano de Trabalho Anual –PTA 2010, Execução PTA 2010, Dotação Orçamentária e Financeira: Uso do Incentivo e Contrapartidas – 2010, Desafio da SES frente operacionalização do PLANO OPERATIVO ESTADUAL. Destacou ainda que essa é uma parceria da SEJUD e SES que celebram um convênio para execução dos serviços de saúde dentro dos presídios com as equipes de saúde onde são trabalhados 07 presídios. Após a apresentação do relatório, **o Presidente colocou em discussão** o assunto aos conselheiros. Em **seguida a Conselheira Maria Aparecida Amorim fez** os devidos cumprimentos e indagou sobre os trabalhadores que são contratados, o recurso apresentado de 514 mil entra também no incentivo para os municípios? Como se deu essa parceria? E porque só foi gasto 40% do recurso destinado e se os 60% restante esta sendo gasto, tem alguma perspectiva disso ou vai devolver esse recurso? A **Técnica Dorvina relatou** que graças a deus estão conseguindo gastar, pois o que não foi utilizado em 2010 esta sendo usado em 2011. Disse que esse recurso é advindo do Ministério da Saúde, 70% do Ministério da Saúde e 30% do Ministério da Justiça para ações de saúde embora não seja de sua competência. No Estado de Mato Grosso, a equipe que compõe o sistema prisional dentro do presídio não é da SES, ele é recursos humanos da SEJUD, com isso esse incentivo vem para fazer custeio das ações de saúde básica dentro do presídio. **A Técnica Áurea** complementa dizendo que esse montante de recurso vem desde 2002. Após os esclarecimentos o Presidente colocou em

SUS Sistema Único de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342

votação o Relatório de Gestão/2010 do Plano Operativo Estadual de Saúde do Sistema Penitenciário em seguida o Relatório foi aprovado com 17 (dezessete) votos a favor, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Na seqüência o Presidente passou para o segundo ponto de pauta. **Pauta 3.2** – Apresentação e Aprovação do pedido de vistas sobre a Política Estadual de Saúde Mental de MT. A **Conselheira Aparecida Clestiane fez** a apresentação do pedido de vistas, relatou que como gestora ela tem uma visão diferenciada e que quando vê a política, quer saber também sobre o financiamento. Trouxe algumas propostas e discutiu com a área técnica da SES, porem com relação ao financiamento não houve nenhuma alteração porque segundo os técnicos da SES disserem que na política não tem como se colocar o financiamento na política, o financiamento vai no PPA, PTA e LOA. Outra sugestão acatada foi trocar o termo, pessoas em uso de substâncias psicoativas para pessoas em uso prejudicial ou dependente de substâncias. Garantir os serviços de recursos humanos nos municípios. Após citar as propostas de inclusão no Plano a Conselheira da o seu parecer favorável a aprovação da Política Estadual de Saúde Mental de Mato Grosso. Após a apresentação o Presidente passou a fala para a **Conselheira, Maria Aparecida de Amorim Fernandes**. A Conselheira fez os devidos cumprimentos e destacou que no item 08 de resposta da Secretaria, quando fala que os leitos, que a questão dos leitos em hospitais não está claro e que ficaria melhor se fosse colocado: incluir na política a criação de leitos psiquiátricos em Hospitais Gerais, porque esta é uma questão que está na Lei. Se não for remetido dessa forma não fica explicito e sim implícito e ficando dessa forma ela não acaba acontecendo mesmo com as Portarias do Ministério como incentivo. Relatou ainda que o Hospital Julio Muller ainda não colocou leitos psiquiátricos, mesmo com a portaria dizendo que seria interessante a criação desses leitos. Após a fala da conselheira, **o Presidente disse que não cabe discussão** no pedido de vistas da Conselheira Aparecida Clestiane, portanto colocou em votação o pedido de vistas da conselheira. **O Conselheiro Ângelo pede questão de ordem** e disse que o tema já foi apresentado e foi feito o pedido de vistas. Disse ainda que não tem conhecimento aprofundado em saúde mental para fazer uma avaliação correta sobre o assunto e que a opinião da Comissão que analisou é que vai ser importante para a aprovação. Após as discussões **o Presidente colocou em votação** o pedido de vistas da Conselheira Aparecida Clestiane. Com 14 votos a favor e 06 abstenções, foi aprovado o pedido de vistas sobre a Política Estadual de Saúde Mental. Na seqüência, com a chegada do Presidente do Conselho o Sr. Pedro Henry **o Vice Presidente, o Sr. Carlos Eilert passou** a Presidência ao mesmo para dar seqüência na condução da reunião. O Presidente, o Sr. Pedro Henry deu seqüência a reunião e solicitou inversão de pauta. Propôs que a pauta 3.5 passasse a ser o próximo ponto de pauta. Em seguida o Pleno aprovou a inversão com a maioria a favor e apenas uma abstenção, com isso o **Presidente deu seqüência a reunião, Pauta 3.5 –** Apresentação, discussão e encaminhamentos sobre o contrato de Gestão do Hospital Metropolitano de Várzea Grande. Em seguida o **Conselheiro João Dourado fez a fala** e disse que foi solicitada a inclusão da pauta sobre e que gostaria de abrir o debate sobre o assunto. Começou o debate com alguns questionamentos sobre o contrato. **Primeiro:** porque o contrato firmado entre a Organização Social e a SES não foi debatido e aprovado pelo Pleno do Conselho Estadual de Saúde? **Segundo:** as metas estabelecidas, qual foi à entidade que construiu essas metas dentro do contrato? **Terceiro**: na clausula 09, diz que para fazer a efetivação do funcionamento do contrato era preciso criar uma Comissão Especial de Acompanhamento e Avaliação e uma Comissão do Contrato, essa comissão

SUS Sistema Único de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342

de Acompanhamento não foi criada. **Quarto:** porque seis integrantes da Comissão retiraram os seus nomes? **Quinto:** quando vão ser apresentadas as metas alcançadas do Hospital Metropolitano? **Sexto:** Quanto já foi repassado para a Organização Social do Hospital Metropolitano de Várzea Grande? **Sétimo:** O tomógrafo que lá está foi adquirido com recurso de custeio ou de investimento? **Oitavo:** Como fica a decisão judicial que não foi derrubada e que deu um prazo de 60 (sessenta) dias para o Estado assumir a Gestão do Hospital Metropolitano? Finalizando disse que estas são perguntas que o Conselho que saber as respostas. Na **seqüência o Presidente pediu para** o Sr. Mauro fazer a apresentação das metas pactuadas do Hospital Metropolitano. Primeiramente o Sr. Mauro, agradeceu ao Pleno pela oportunidade de estar fazendo a apresentação sobre o assunto, Sr. Mauro, representante da Comissão Permanente de Contratos de Gestão fez a apresentação sobre a prestação de contas do Hospital Metropolitano do primeiro trimestre referente os meses de agosto, setembro e outubro. Disse ainda que a enfermaria possui 52 leitos, sendo 26 de cirurgia ortopédica e 26 de cirurgia geral sendo que destes 10 leitos para UTI adulto. Com todas as adequações que o Hospital passou, de aquisição de equipamentos, reformas e contratação de pessoal, teve início no dia 24 de abril com a assinatura do contrato e o início dos atendimentos aos usuários teve início no dia 02 agosto de 2011. Com isso todas as metas que foram pactuadas teve início em agosto/2011. Dentro das metas pactuadas no contrato de gestão foram divididas em fases: **Primeiro** – Internação e essas metas pactuadas foram divididas em 03 fases, a primeira é de clinica cirúrgica geral e no primeiro trimestre não houve metas, porque nesse período foi a fase de instalação do Hospital com reforma, compra de equipamentos, contratação de recursos humanos. Já no quarto mês a partir da data da inauguração foram pactuados para cirurgia geral 43 saídas, 64 no quinto mês, 107 no sexto mês e assim até o décimo segundo mês, totalizando 856 procedimentos cirúrgicos em cirurgia geral. A clínica ortopédica e traumatológica, no primeiro e segundo não houve metas e a partir do quarto mês com a inauguração foram 31 procedimentos, mais 46 e depois 77 procedimentos perfazendo um total de 616 procedimentos no ano. Na clínica Hospital Dia, cirurgias foram inicialmente 102 procedimentos, depois 153 e depois 255 procedimentos, perfazendo 2040 no total do período. Atendimento de urgência e emergência dos 3000 pactuados foi realizado 133, pois nesse período a urgência e emergência só recebiam determinados procedimentos, finalizando o Sr. Mauro demonstrou os gráficos que mostram todos os atendimentos. Após a apresentação **o Presidente, o Sr. Pedro Henry respondeu** o questionamento do Conselheiro João Dourado. Como estão estabelecidas as metas? Disse que na verdade o contrato de Gestão para Mato Grosso é uma coisa nova e a população não tem a obrigação de saber como é feita a previsão desse serviço. Ele pode ser feito de acordo com o perfil da unidade que já está em funcionamento e a que esta iniciando é feito de outro jeito. No caso de Rondonópolis leva-se em consideração uma série de prestação de serviços ou remete-se em cima da capacidade instalada, essa unidade do Hospital Metropolitano não tem série Histórica, por ser um Hospital novo, com isso o estudo foi feito em cima da capacidade instalada levando em consideração à quantidade de leitos, quantidade de salas, a área de urgência e emergência e é em cima disso é que se tem um quantitativo de metas a ser alcançada. Após os esclarecimentos com relação às metas o Presidente passou a fala aos conselheiros para os questionamentos. Na **seqüência o Conselheiro Orlando disse** que o contrato não passou pelo Conselho e as contas não batem com o que estão sendo apresentadas. Existem afirmações inclusive do Dr. Carlos Nascimento, o valor mês chega a 300 mil reais como foi apresentado, a meta cirúrgica

SUS Sistema Único de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342

estava prevista 499 e foram realizadas somente 17, não chegou a 7%, o repasse para o metropolitano era de mais de dois milhões com isso tem sobra para atendimento. Indagou ainda se esse recurso investido que não foi utilizado pode ser devolvido para o Estado? Disse ainda que o contrato firmado tem vício de origem, não passou pelo Conselho e já tem problemas de Gestão e isso tem que ser denunciado. **O Dr. Pedro Henry, disse** que o que foi apresentado é a expressão da verdade e que tem endereço e telefone de todos os usuários atendidos. Somente serão debitados aquilo que for atendido e essa informação de apenas 17 atendimentos não procede. **O Conselheiro Orlando disse** que a matéria do jornal A Gazeta de agosto aponta que só houve 17 atendimentos que custaria menos de 300 mil e que o Hospital recebeu mais de 2 milhões no mês, uma coisa é o que esta sendo apresentado outra coisa é a realidade. **O Dr. Pedro Henry disse que a Mídia** não esta sendo verdadeira, ela tem o direito de escrever o que ela quiser, a realidade é a que foi apresentada aqui pelos técnicos da SES e do Hospital Metropolitano. **Em seguida o Conselheiro João Dourado disse** que com relação ao Hospital Metropolitano, se for verificar o investimento que foi feito no Hospital de 31 milhões no ano e se colocarmos isso nos prontos socorros de Cuiabá e V. Grande resolveria muito mais, o Hospital está estruturado para média e alta complexidade, dentro do que foi apresentado o que foi feito de alta complexidade? **O Dr. Pedro Henry Disse** que não dispõe dessas informações sobre atendimento de alta complexidade e que irá remeter para um próximo dia. Em **seguida a Conselheira Maria Aparecida Amorim disse** que a questão não é atendimento de metas e sim o que assistimos todos os dias, que o pronto socorro continua cheio de pessoas acidentadas e aguardando atendimento com cirurgia por fazer a mais de ano, o Hospital Metropolitano se colocou no cenário como solução mágica para resolver o problema, com isso gostaria de saber se dentre essas metas apresentadas, porque esses pacientes não foram colocados como prioridade no atendimento considerado como foco principal de atendimento? E porque esta sobrando colonos copia no metropolitano? Em relação aos pacientes que estão aguardando cirurgias ortopédicas e viam no Hospital uma solução como fica isso? **O Dr. Pedro Henry disse** que a dificuldade em atingir as metas devido ao absenteísmo que muito grande, muitos usuários tem problema de acessibilidade e as informações. Disse que um dos grandes problemas hoje é a central de regulação e quem tem o controle dessa regulação é o município de Cuiabá e o Estado está tendo dificuldade da busca ativa desses pacientes para fazer frente às necessidades, mas esse cenário já esta mudando e que o Hospital Metropolitano é mais um que veio para somar com os demais hospitais. Na **seqüência a conselheira Aparecida Clestiane disse** que a questão de que o Hospital Metropolitano seria mais um Hospital, nós já tínhamos essa concepção, o problema é que esse hospital foi colocado como a salvação para os problemas do Estado de MT e é isso que as pessoas estão cobrando e indagou ainda se os exames não realizados ficam em haver? Quais os critérios e qual a forma de regulação? Pois a regulação não está funcionando, está sobrando atendimento para colonoscopia no hospital e têm muitos pacientes precisando de atendimento, a regulação não podia ser descentralizada ela teria que ser estadual. A conselheira coloca a proposta de estadualização da Central de Regulação. **O Dr. Pedro Henry respondeu** que ficam em haver os exames não realizados e que será descontado daquilo que foi repassado. Em **seguida a conselheira Ana Maria Boabaid disse** que diante da apresentação sobre as metas, diante da fala do Sr. Secretário, da questão das OSS ser uma coisa nova no Estado, pela resposta esperada, pela privatização, vejo que diante de tudo isso e até mesmo no Conselho está ainda muito confuso. Disse que estariam

SUS Sistema Único de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342

precisando até de uma capacitação sobre OSS. Quando se coloca meta tem que ter um teto, quando se fala em teto falamos em dinheiro. No caso da OS, a OS faz o serviço recebe e o que não faz o recurso fica parado, nos quatro meses houve um atendimento grande da demanda reprimida. Então como é que fica esse recurso tanto da demanda não atendida com o teto financeiro, a mudança de rubrica, como fica isso, essa forma de Gestão? **O Dr. Pedro Henry respondeu e disse** que é feita uma câmara de compensação, aquilo que não é executado fica como crédito é feito um ajuste ao longo do contrato a cada três meses. Em **seguida a conselheira Jucélia disse** que pelos gráficos apresentados houve um estrapolamento com relação às consultas realizadas e os atendimentos de urgência e emergência, com relação as consultas é necessário colocar para nós as especialidades atendidas, com relação ao atendimento de urgência e emergência o volume é bem alto, gostaria de saber o que foi realizado e o que foi pactuado? Isso não está claro. **O Dr. Pedro respondeu e disse** que, com relação as consultas alguns pacientes não estavam com todos os exames para ingressar no sistema teriam que fazer novamente. Com relação a urgência e emergência, ele recebe paciente do SAMU, e dos pronto socorros, isso a Comissão pactuou e essa meta com a avaliação do pacto ela será diminuída. Em **seguida o Conselheiro José Alves indagou** se na comissão formada para acompanhar as OSS tem conselheiros? Disse que o Contrato de gestão precisa ser socializado aos conselheiros para que possam fazer o acompanhamento das OSS, indagou ainda se existe uma comissão técnica formada? **O Dr. Pedro Henry respondeu** que naquele momento seria respondido apenas às perguntas feitas com relação às metas. Em **seguida o Conselheiro Bazan disse** que como estão discutindo metas, propõe que se remeta esse assunto para a Comissão de Planejamento e Orçamento fazer uma analise. As Comissões é que tem que fazer esse trabalho e provocar a mesa diretora. A questão da organização da rede e media e alta complexidade é a Comissão Ambulatorial Hospitalar que analisa. Propõe que se remeta a discussão das metas para a comissão de orçamento e responda na próxima reunião com um parecer das ações. Em **seguida o Conselheiro Antônio Cordeiro disse** que a ansiedade é muito grande com o Hospital Metropolitano, mas são apenas 52 leitos, é muito pequeno para atender todo o Estado. Disse ainda que enquanto o Estado não criar juízo e pensar na população, o Estado vai estar carente. Hoje no Estado só se fala VLT e AGECOPA e estão esquecendo-se da saúde e isso tem que ser mudado. Disse que sinceramente torce para dar certo, pois quem quer ser atendido não quer saber se é por OSS ou não, ele quer ser bem atendido. **O Dr. Pedro Henry fez uma observação** e disse que o Estado este ano viabilizou mais 100 novos leitos, viabilizamos um convênio com Hospital Santa Helena para inaugurar mais 60 novos leitos para assistência materno infantil, em Sinop vai funcionar mais 120 leitos com o recurso conseguido junto ao Ministério da Saúde isso é melhoria no atendimento aos usuários de MT e ainda vai ser montado um Hospital para realização de transplante até o primeiro semestre de 2012, o Estado esta fazendo sim. Na **seqüência a Conselheira Zuleide disse** que todo contrato que é feito, um dos primeiros pontos é cadastrar no CENES com a referida unidade cadastrada e é através deste cadastro que o Ministério repassa o recurso e o Hospital Metropolitano não tem esse cadastro (CENES). Indagou, como esta sendo feito esse repasse? **O Dr. Pedro Henry respondeu** e disse que o Ministério da Saúde repassa um teto para o Estado de Mato Grosso e não depende do volume de serviços produzidos aqui, isso já é pré-estabelecido. Mato Grosso não fatura nem 80% do seu teto porque os serviços não estão habilitados. Em **seguida o Conselheiro Carlos Eilert disse** que dentro do que foi mostrado o setor de urgência e emergência teve 4% dos três mil

SUS Sistema Único de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342

atendimentos e no contrato que tenho em mãos diz que os atendimentos de urgência e emergência somente serão atendidos pela regulação do Estado, como fica isso? ou o Estado assume essa regulação ou nunca vão cumprir metas. Como fica a entrada da urgência e emergência no hospital? **O Dr. Pedro Henry disse que** os conselheiros estão tocando muito na questão da legalidade e ilegalidade e esclarece que quem representa o Estado em qualquer questão é a PGE (Procuradoria Geral do Estado), houve uma decisão que uma juíza substituta deu um despacho e essa decisão foi para a PGE, eu como Secretário não posso fazer nada, pois compete a ela (PGE) fazer. O Procurador da PGE disse que essa decisão não se aplica sem a revisão do Tribunal Regional Federal (Instância Superior) com isso ela não tem efeito de ação imediata, com isso o programa do Estado pode continuar. Em **seguida o Conselheiro Orlando diz** que na verdade há uma desobediência Judicial. **O Dr. Pedro Henry disse** que a opinião do conselheiro não é uma opinião técnica e sim política e que se o conselheiro estava se achando prejudicado que poderia entrar com uma ação contra a decisão do Estado. **O Conselheiro João Dourado disse** que a resposta técnica foi satisfatória. **O Conselheiro Ângelo indagou** com relação a questão qualitativa do assunto, disse ser mais difícil de se medir, os pacientes que são atendidos nos hospital metropolitano, no hospital de Rondonópolis, são feitas algumas estatísticas se ele (Usuário) esta satisfeito, se foi bem atendido, A população esta satisfeita ou não? Em **seguida a Conselheira Lilia disse** que com relação a reunião do dia 17/11 não estaremos avaliando o PTA, e ainda mais essa pauta não dar tempo, isso seria mais conveniente para uma reunião ordinária ou que a reunião extraordinária seja de período integral. Finalizando o assunto **o Presidente, Dr. Pedro Henry propõe e coloca em votação a seguinte proposta**: que se relacionem todas as perguntas e outras que surgirem que sejam encaminhadas para a Comissão ter conhecimento, e se compromete que no dia 17/11 na reunião extraordinária responder a todas, e que a reunião seja de período integral. A referida proposta foi aprovada por unanimidade. Na seqüência o Presidente, o Dr. Pedro Henry se retirou da reunião e passou a presidência para o Vive Presidente, o Sr. Carlos Eilert, conduzir a reunião. Em **Seguida o Presidente deu seqüência à reunião** e passou para o ponto de **Pauta 3.3 –** Leitura e aprovação da composição da CIST – Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador. Na **seqüência o Conselheiro João Dourado fez** a leitura da composição da comissão e a apresentação de alguns representantes de sindicatos, disse que a CIST é composta por 28 membros, sendo 14 do segmento sindical e 14 dos segmentos de instituições públicas, com 03 conselheiros e 03 entidades patronais. Após a leitura e apresentação o Presidente colocou em aprovação a composição da referida comissão. A composição da Comissão CIST foi aprovada por unanimidade. Na **seqüência o Conselheiro Orlando solicita a retirada** da pauta **3.4** e que fosse incluída na reunião ordinária de dezembro. O Pleno do Conselho aprovou por unanimidade. Em **seguida o Presidente passou para o próximo** ponto de pauta. **Pauta 3.6 –** Apresentação do relatório com os encaminhamentos sobre a Unidade de Oncologia de Cáceres. **A Conselheira Zuleide fez a apresentação** sobre o assunto e disse que esse assunto já foi discutido no Conselho em reunião anterior, mas o Pleno aprovou que além dos relatos, a Comissão do Conselho junto com Auditoria fizessem uma analise melhor e apresentasse ao Pleno. O Conselheiro João Dourado disse que foi analisado o relatório feito “In loco”, com relatório da Auditoria e apontaram várias irregularidades, inclusive do edital com a ONCOMED. Contudo a Comissão entendeu de encaminhar ao CES/MT para que reafirme o parecer da Comissão e encaminhe para responsabilização do Estado, do consórcio e que encaminhe o

SUS Sistema Único de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342

parecer da Comissão para o Ministério Público, que já está fazendo um trabalho em cima disse. Este é o parecer da Comissão. Disse ainda que o assunto já está no Ministério Público e que ele quer um parecer do Conselho Estadual de Saúde. Após a apresentação **o Presidente passou a fala aos conselheiros** para discussões e encaminhamentos. Em **seguida o Conselheiro Ângelo indagou** se houve alguma aprovação do Conselho Municipal de Saúde? Em **seguida o Conselheiro José Alves**, representante da Comissão disse que esse assunto já se encontra no Ministério Publico, este conselho tem que se posicionar de alguma maneira, disse ainda que conselheira que não pauta é pautado por não tomar atitude. Em **seguida a conselheira Aparecida Clestiane disse** que não tem o relatório em mãos e disse que os consórcios são de extrema importância para os municípios, gostaria de saber a responsabilidade dos consórcios. **O Conselheiro João Dourado respondeu e disse** que o responsável pelo convênio foi o consórcio intermunicipal. Em **seguida a Conselheira Leila Boabaid disse** que não tem que discutir mérito da irregularidade e sim o papel do Conselho Estadual de Saúde, a questão da competência se isso aconteceu em Cáceres, lá existe um Conselho Municipal responsável para verificar essas questões, o município tem a autonomia para decidir sobre as políticas locais. **O Conselheiro Orlando disse que** os representantes do Município de Cáceres estão indignados e que o Conselho Estadual de Saúde tem que se posicionar sobre o assunto. **A Conselheira Conceição disse que** o relatório feito pela auditoria do Estado, apontou as irregularidades e automaticamente a unidade foi interditada. Está interditada até hoje porque tem tido muita dificuldade em encontrar uma empresa que faça o serviço em Cáceres. Estão procurando para reabrir a unidade para atendimento em Cáceres. Em **seguida a Conselheira Ana Boabaid disse** que se preocupa com o recurso, pois o recurso é Estadual e é função do CES fiscalizar, se o Ministério Público nos provocou não podemos ficar de braços cruzados diante dessa situação, o CES tem que fazer um relatório e mostrar o que houve de real, se o CMS de Cáceres não conseguiu dar essa resposta o CES não pode ficar omisso. Após a apresentação e aos questionamentos o **Presidente colocou em aprovação o encaminhamento** do Conselheiro João Dourado: encaminhar pela aprovação do relatório da Auditoria e que o relatório da Comissão do CES seja encaminhado para o Ministério Público sugerindo a responsabilização do Estado e do consórcio para o Ministério Público. Em seguida o encaminhamento proposto foi aprovado com 15 votos a favor nenhum voto contrário e 02 abstenções. Após a aprovação o Presidente passou para o ultimo ponto de pauta. Pauta 3.8 – Apresentação, discussão e aprovação das Resoluções CIB do Nº 40 a 90. **A Técnica da SES, a Sra. Siriana fez** os esclarecimentos sobre algumas duvidas com relação as Resoluções, 60, 61, 67, 82, 86 e 90. Após os esclarecimentos **o Presidente passou a fala** para os representantes das Comissões do Conselho que analisaram as Comissões. **O Conselheiro Orlando representante** da Comissão de Planejamento e Orçamento disse que a comissão analisou as Resoluções: 44, 45, 46, 51, 55, 57, 77, 78, 80, 81 e 83 e que a Comissão é favorável a homologação de todas. Em seguida o **Presidente colocou em aprovação** as resoluções analisadas pela Comissão de Planejamento e Orçamento e com 11 votos a favor nenhum voto contrário e 01 abstenção foram aprovadas. **O Conselheiro João Dourado, representante** da Comissão de Monitoramento e Cooperação Técnica disse que a Comissão analisou as Resoluções: 08, 40, 50, 55 e que a Comissão é favorável a homologação de todas. Em **seguida o Presidente colocou em Aprovação** as resoluções analisadas pela Comissão de Monitoramento e foram aprovadas por unanimidade pelo Conselho. **A Conselheira Zuleide, representante** da Comissão de Ações Programáticas disse que a Comissão

SUS Sistema Único de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342

analisou as Resoluções: 65, 69, 84, 89 e que a Comissão é favorável a homologação de todas. **Em seguida o Presidente colocou** em aprovação as referidas comissões analisadas pela Comissão de Ações Programáticas e todas foram aprovadas por unanimidade. Após a aprovação por Comissão o Presidente Colocou em aprovação todas as Resoluções de 40 a 90, com exceção da resolução nº 60 que foi revogada. O Pleno do CES/MT aprovou por unanimidade. Finalizando **o Presidente passou para os informes finais** da reunião. **O Secretário Geral do CES, o Sr. Ivan Utsch Seba fez o seu informe** e disse que recebeu um memorando da IBIS – Instituto Brasileiro de Inovações Pró Sociedade Saudável do Centro Oeste convidando o CES para participar do IV Seminário de Direitos Humanos do Centro Oeste do dia 21 a 23 de novembro de 2011, no Instituto Missionário São José em Campo Grande/MS. Existe 01 vaga para o Conselho que terá que custear as passagens de ida e volta apenas, pois a estadia e alimentação são por conta do evento. O Conselheiro Bazan foi eleito pelo Pleno para participar do evento. Próximo informe foi da **Conselheira Aparecida Clestiane. A Conselheira disse** que o COSEMS teve uma reunião com a Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa para tratar sobre o financiamento para a saúde, pois esta muito precarizado, pois existe município que esta a 08 meses sem receber nada. Em **seguida a Conselheira Ana Boabaid fez** o seu informe e solicitou que a Secretaria Executiva do CES encaminhe cópia do contrato da Gestão com o Hospital Metropolitano e a sentença para o NEOM. Após os informes finais e não havendo nada mais a ser deliberado pelo Pleno, a reunião foi encerrada pelo Presidente às dezoito horas, após lida e achada conforme, a presente Ata foi aprovada pelo Pleno e segue assinada pelo **Presidente, Pedro Henry Neto, pelo Vice Presidente, o Sr. Carlos Alberto Eilert,** pelo Secretário Executivo**, Ivan Utsch Seba** e pelos demais Conselheiros presentes: **Maria Conceição Encarnação Villa (Poder Executivo); Leila Maria Boabaid Levi (SES); Edite Eunice de Souza (SES); Ângelo Falcão de Figueiredo (UFMT); Patrícia Chaves West (SINDESSMAT); Aparecida Clestiane da Costa S. V. Amorim (COSEMS); Maria Aparecida Amorim Fernandes (CRP); Jucélia Clara Nunes de Souza (CRESS); Carlos Alberto Eilert (ED. Física); José Alves Martins (CREFITO); Marivanda Inês Rodrigues Pereira Eilert (CRMV); Zuleide Pulchério Klein (SISMA); José Carlos Bazan (ADERCO); Orlando Francisco (SINTEP); Edevande Pinto de França (Movimento de Raças); Ana Maria Boabaid (NEON); João Luiz Dourado (CUT); Ruth Néia Magny Soares (AMDE); Lilia Suely Alves dos Santos (AMDE); Antônia Lúcia Ribeiro (FEMAB); João Sutero dos Santos Filho (SINDIMENÉRIO); Antônio Cordeiro Sobral (Assoc. Portadores de Patologias); Joilson da Costa monteiro (Assoc. dos Aposentados).**

SUS Sistema Único de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342